

21/09/2017 às 05h00 1

Linhas da Abengoa serão relicitadas pelo governo

Por Camila Maia | De São Paulo



O governo trabalha na relicitação das linhas de transmissão que pertenciam à Abengoa e que tiveram as concessões cassadas, depois de quase dois anos de paralisação das obras. Segundo Paulo Pedrosa, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), o que deve ser licitado agora é "outro conjunto de ativos". "Alguns são semelhantes aos que eram da Abengoa, mas algumas linhas deixaram de ser necessárias por mudanças no setor", explicou, na [Brazil Energy Frontiers 2017](#), promovida pelo [Instituto Acende Brasil](#).



Pedrosa, do MME: "É inaceitável levar todas perdas do setor aos consumidores"

O Ministério de Minas e Energia (MME) assinou ontem a caducidade dos ativos, cujas obras estão paralisadas desde novembro de 2015, quando a controladora da Abengoa pediu proteção contra credores na Espanha. "A caducidade está dada. A Aneel vai seguir e executar as garantias da Abengoa", disse Pedrosa. A Abengoa entrou em recuperação judicial no Brasil em janeiro de 2016.

Não necessariamente todas as nove linhas da empresa serão relicitadas naquele mesmo formato. "Estamos olhando todo o desenho das linhas, é justamente esse o papel do planejamento, ver o que é importante", disse Luiz Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que também participou do evento. Ele lembrou que outras linhas de transmissão foram licitadas ao longo desse período. "Como a matriz do setor evolui de forma dinâmica, o planejamento tem que se adaptar", afirmou.

Segundo Barroso, o estudo sobre o desenho das linhas está bem encaminhado, e está passando por uma atualização, mas não é possível ainda falar quantos dos lotes serão mantidos. Se possível, a ideia é que a licitação seja feita ainda neste ano, junto do leilão de transmissão marcado para 15 de dezembro.

"É bastante urgente que as linhas saiam, elas são necessárias para escoar as renováveis do Nordeste", afirmou. Além disso, o atraso nas obras da Abengoa é responsável por restrições de transmissão no sistema até 2022, 2023. "Se isso for equacionado, conseguiremos resolver essas restrições", disse.

Para Pedrosa, há "absoluta" segurança jurídica para licitar essas linhas antes mesmo de uma decisão sobre o mérito do processo da Abengoa na Justiça. Há leilões de transmissão programados para o fim deste ano e início do próximo, e os ativos deverão ser incluídos nessas disputas "de acordo com as necessidades do setor".

O vice-presidente da State Grid Brazil Holding, Ramon Haddad, explicou que a gigante chinesa vai esperar a definição sobre o desenho das linhas que serão ofertadas para resolver se vai demonstrar interesse nos ativos.

Sobre os contratos com fornecedores dessas linhas que tiveram as concessões caducadas, da ordem de R\$ 1 bilhão, Pedrosa explicou que se tratam de contratos privados e que não podem ter o custo repassado aos consumidores.

"Estamos consertando e recuperando o setor, mas não protegendo perdedores. Se alguém vendeu equipamentos a uma empresa que deu deságio de 40%, 50% num leilão, deveriam ter observado o risco, precificado aquilo e tomado providências num contrato de mercado. Entender que todas as perdas do setor serão levadas aos consumidores é inaceitável. Não vai mais acontecer", disse Pedrosa.